

A mundialização do capital

de François Chesnais*

Uma obra imperdível

por Lúcio Flávio de Almeida**

Qual relação entre mundialização do capital e as políticas de “ajuste” aplicadas pelos governos do “terceiro mundo”? Será a equipe de FHC tão original como pretende ou, se trata, no essencial, da aplicação, neste país, de políticas que aqui, como alhures, são, em larga medida, determinadas pelos interesses do grande capital financeiro internacional? O que faz com que países como o México passem, em poucos dias, das condições de aplicados e bem sucedidos seguidores do receituário neoliberal à condição de réus da comunidade financeira internacional? Após tantas querelas sobre a perda da centralidade da categoria trabalho, que lugar detém a esfera da produção de valor no processo de acumulação financeira que se desenrola em escala mundial? Qual a relação entre a mundialização do capital e o atual processo de formação de blocos regionais? Estaremos marchando para um mundo de crescente bem-estar para a maioria da população do planeta ou, pelo contrário, ocorre uma dupla polarização, que separa os países de capitalismo avançado do resto do mundo e, mesmo no interior dos primeiros, produz abismos sociais cada vez mais profundos? Como fica a situação das classes exploradas no “primeiro” e no “terceiro mundo”? Quais indicadores podem ser consultados a respeito destas questões? Que literatura as examina?

Difícilmente se poderia encontrar um pesquisador tão gabaritado para escrever um livro tão necessário.

François Chesnais, o autor, adquiriu uma sólida formação como membro Direção de Ciência, Tecnologia e Indústria da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e pesquisador da Universidade de Paris-X, Nanterre. Seu livro, produto da filtragem de toda esta experiência no lidar

* São Paulo, Xamã Editora, 1996.

** Departamento de Política da PUC-SP; coordenador do NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais da PUC-SP.

com temas candentes para a compreensão do atual processo de mundialização do capital, alia erudição, agilidade e rigor no manejo de tabelas e gráficos e uma perspectiva teórica que possibilita o desenvolvimento de relações que os ideológicos do chamado neoliberalismo cada vez têm maior dificuldade para ocultar. Além disso, a linguagem é clara, o que faz com que o livro, embora não tenha o objetivo de mera divulgação, seja acessível a todos os interessados, dentro e fora da universidade, em compreender a crise do capitalismo contemporâneo e vislumbrar saídas positivas para a sua superação. Eis um livro ideal para salas de aula e também para grupos de estudo.

O primeiro capítulo do livro, “Decifrar palavras carregadas de ideologia”, apresenta com riqueza de detalhes, as linhas básicas do atual processo de internacionalização do capitalismo, bem como o festival de termos (“vagos e ambíguos”, segundo Chesnais) que se tornaram dominantes no discurso político e econômico recente.

O segundo capítulo destaca dois aspectos muito pouco estudados atualmente: a importância dos investimentos produtivos externos, tanto no setor industrial como de serviços, e o importante papel desempenhado pelos Estados nacionais neste processo de internacionalização. Economia e política se articulam, o que contribui para que o autor detecte os atuais mecanismos de (re)constituição, em escala muito mais dramática do que no passado, de “uma economia mundial como sistema hierarquizado politicamente”. Ou seja, estamos a anos-luz não somente da teoria das “vantagens comparativas”, como também das teses sobre um mundo marcado pela “interdependência” entre os vários Estados nacionais.

Ao contrário, os investimentos estrangeiros diretos têm contribuído, inclusive por meio da dupla polarização, para reforçar o caráter essencialmente intratriádico (Europa - Estados Unidos - Japão) do capitalismo mundial. Como a polarização econômico-social ocorre também no interior da tríade, não é mais necessário que o capital percorra milhares de quilômetros em busca de condições excepcionais de lucratividade. Graças à polarização, estas podem ser encontradas nos próprios países de origem. Some-se a isto as novas tecnologias, principalmente no que se refere à produção de novos materiais (que tendem a tornar obsoletas as matérias-primas tradicionais), e temos uma imensa quantidade de países ameaçados de “desconexão forçada” dos fluxos de capital internacionalizado. O resultado trágico é a fragilização destes países, cujas classes dominantes farão todo o tipo de concessão (obviamente às custas de “seus” respectivos trabalhadores) com o objetivo de não serem abandonados à deriva. Isto aumenta extraordinariamente as oportunidades de acumulação destes capitais hegemônicos.

François Chesnais insiste, ao longo de todo o seu livro, que a autonomia do setor financeiro do capitalismo mundial, embora real, é relativa. Como ele mesmo afirma, “a esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações. Uma parte, hoje elevada, dessa riqueza é captada (...) em proveito da esfera financeira (...). Somente depois de ocorrer essa transferência é que podem ter lugar, dentro do circuito fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios, que inflam ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros” (p.246).

Esta capacidade de acumulação de capital no setor financeiro não é nova, mas nunca foi tão grande como neste período de globalização financeira. Desta forma, a apropriação de massas crescentes da mais-valia “tem a forma imediata de uma punção sobre os lucros industriais. Mas as empresas, principalmente as grandes, têm meios de transferir o peso dessa punção sobre os assalariados” (p. 247).

É interessante como o próprio sucesso da acumulação de capital industrial ao longo dos anos gloriosos do pós-guerra levou a um decréscimo da rentabilidade deste capital e à sua progressiva financeirização. Os próprios capitais industriais partiram em busca de oportunidades de rentabilidade exclusivamente financeira, o que foi facilitado pela constituição, já na década anterior, do mercado de eurodólares. Hoje, esta “imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização do capital” já adquiriu proporções sem precedentes. Porém, não se trata de uma questão meramente quantitativa. As novas formas desta imbricação ainda não se definiram totalmente, mas já se percebe que “estes novos operadores financeiros” de novo tipo (por exemplo, fundos de pensão e fundos mútuos, perto dos quais os grandes bancos são verdadeiros anões) são os grandes beneficiários da mundialização do capital (p. 292).

Como observa Chesnais, estes conglomerados não se desinteressam da indústria, mas possuem um estilo muito peculiar ao se relacionarem com elas: buscam “valorizar seus ativos industriais pelos mesmos critérios que seus ativos financeiros como um todo.” Sua única “missão” é fazer os fundos renderem e, para isto, quanto maior flexibilização, melhor. Perto deles, o capital financeiro estudado, no princípio do século, por Hilferding, chega a apresentar aspectos de filantropia. Obviamente, Chesnais não chega a este nível de detalhe, mas são eles os que se apresentam (e são apresentados pelos que comandam a política brasileira) como baluartes da modernização – e todo o resto é burrice (ou “neoburrice”, como diria um membro do alto escalão do governo). Uma das vantagens do livro de Chesnais é demonstrar que truculências deste tipo, cuja função maior é ocultar uma extrema indigência teórica, se expressam em vários idiomas, pois suas determinações se encontram nos interesses dos blocos de capitais mundializados.

Todavia, Chesnais demonstra, com uma série de dados empíricos, como os sinais da crise de acumulação deste capital financeirizado são cada vez mais fortes e, portanto, difíceis de ocultar. O grande problema é que alternativas oferecer à crise.

Atendo-se rigorosamente aos limites da análise que empreendeu, Chesnais sugere que “as formas assumidas pela mundialização, especialmente a força e a autonomia conquistadas pelo capital monetário, deixam pouca margem de manobra para soluções reformistas”, da mesma forma que um prolongamento e ampliação do modelo fordismo (inclusive em sua variante que muitos consideram “socialista”) seriam totalmente inviáveis.

Mesmo sem subestimar a capacidade de recuperação do capitalismo, Chesnais arrisca a idéia de que, “sob formas que será necessário inventar, *integrando todas as lições da história deste século*, é difícil ver como a humanidade poderia prescindir de medidas de expropriação do capital” (p. 321). Evitando qualquer ufanismo, o autor já havia afirmado, no capítulo 1 (p. 43), que seu livro se destinava “àqueles cujo primeiro reflexo não é o de submeter-se à ordem ‘tal qual é’, e sim procurar compreendê-la e discutir sobre ela, para eventualmente esboçar caminhos diferentes dos que nos foram impostos. Esta função crítica do intelectual – continua Chesnais – parece-nos hoje mais necessária do que nunca”.

Eis, portanto, um excelente livro que, de quebra, traz excelentes sugestões quanto ao modo de usar.